

Ex-trabalhadores ameaçam ocupar Ministério da Agricultura

● A segunda manifestação está agendada para o próximo dia 4 de Outubro

Depois de dois meses de negociações sem sucesso, os 150 ex-trabalhadores do projecto florestal FO-2 de Marracuene, na província do Maputo, agendaram para o próximo dia 4 de Outubro uma manifestação junto ao edifício do Ministério da Agricultura, exigindo o pagamento imediato das indemnizações a que afirmam terem direito, referentes ao tempo de serviço prestado ao empreendimento. Entretanto, a Direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Agricultura não se dispôs a tecer quaisquer considerações à volta desta questão.

A tomada desta decisão, segundo contaram à nossa Reportagem dois membros da comissão "ad hoc" dos ex-trabalhadores do projecto, surge como forma de pressionar o Ministério da Agricultura a encontrar uma solução viável do problema. Tal solução passa, conforme disseram, pelo pagamento imediato e justo das indemnizações referentes a vários anos de serviço no projecto florestal FO-2, de Marracuene.

A concretizar-se a agendada manifestação, será a segunda do género num período de dois meses, pois a primeira ocorreu no passado dia 18 de Julho. Foi na sequência da primeira manifestação que o

Ministério da Agricultura nomeou uma comissão para dialogar com os representantes dos 150 ex-trabalhadores e encontrar a solução do problema.

Seguiram-se vários encontros entre as duas partes, mas até ao momento nada foi produzido de concreto, não obstante os negociadores do Ministério da Agricultura terem reconhecido a existência de falhas no pagamento inicial das indemnizações. Esse pagamento não obedeceu o preconizado na Lei do Trabalho nº 8/85, que diz no seu artigo 28 que quando se trata de rescisão do contrato por tempo indeterminado a indemnização deverá obedecer ao seguinte critério: quarenta e cinco dias de remuneração se o tempo de serviço prestado à entidade empregadora for superior a três meses e não exceder seis meses; três meses de remuneração se o tempo de serviço numa entidade empregadora for superior a seis meses por cada dois anos ou fracção de tempo de serviço prestado à mesma entidade empregadora se esse tempo exceder três.

A comissão "ad hoc" dos 150 ex-trabalhadores afirma que a direcção do FO-2 procedeu ao pagamento uniforme, sem obedecer ao tempo prestado por cada trabalhador, situação que contrasta com o que a lei estabelece.

Segundo Fernando Ernesto Souto e José Adriano Nungo, membros da comissão "ad hoc" dos ex-trabalhadores, a maioria dos despedidos estava no projecto florestal FO-2 de Marracuene desde a sua fundação em 1977 e, no dizer dos membros da referida comissão, o esquema adoptado para o pagamento das indemnizações é injusto, daí que exigem que seja observado o preceituado na Lei do Trabalho nº 8/85 sobre esta matéria.

"As negociações iniciadas no dia 18 de Julho último são caracterizadas por promessas que nunca são cumpridas. Assim sendo, nós vamos realizar uma manifestação no próximo dia 4 de Outubro junto do edifício do Ministério da Agricultura" — disse Fernando Souto, para depois acrescentar que a Directora dos Recursos Humanos do ministério prometeu pagar as indemnizações num curto espaço de tempo.

Segundo deram-nos a entender os membros da comissão "ad hoc" dos trabalhadores despedidos, a direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Agricultura fez uma listagem de todos os ex-trabalhadores de acordo com o tempo de serviço prestado por cada um. "Depois da listagem das pessoas verificámos que havia gente que não faz parte do nosso grupo. Classificamos essas pessoas de infiltradas porque foram despedidos antes de nós" — explicou José Adriano Nungo.

Os dois membros da comissão "ad hoc" disseram que a programada manifestação será "pacífica", "mas faremos tudo para impedir que os funcionários ligados à Direcção dos Recursos Humanos trabalhem livremente e só saíremos de lá quando nos pagarem o nosso dinheiro por inteiro".

Eles disseram que não aceitarão o pagamento das indemnizações por prestações, "porque já estamos cansados de promessas".

A história destes trabalhadores começa em Dezembro de 1992, quando a direcção do projecto florestal FO-2, de Marracuene,

decidiu desvincular os 150 operários, alegadamente por fraca capacidade financeira para os manter no seu quadro de pessoal. Porém, a desvinculação não obedeceu aos trâmites legais, pois a rescisão do contrato de trabalho não foi feita com um aviso prévio que, no mínimo, é de noventa dias.

Depois de várias "demarches" junto da direcção do projecto, o caso foi mais tarde remetido aos Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, tendo sido igualmente encaminhado à Procuradoria Provincial da República, em Maputo.

Entretanto, a nossa Reportagem estabeleceu ontem um contacto telefónico com a Direcção dos Recursos Humanos com vista ao esclarecimento sobre este assunto, mas a fonte escusou-se a tecer quaisquer considerações sobre o desenvolvimento desta questão.

Enquanto isso, na nossa edição do passado dia 9 de Setembro inserimos uma notícia que dizia que naquela data se realizaria um encontro entre responsáveis do Ministério da Agricultura, Procuradoria Provincial do Maputo e os ex-trabalhadores do FO-2. Por lapso incluímos a Procuradoria Provincial do Maputo, mas a verdade é que o Ministério da Agricultura se reunia regularmente com os ex-trabalhadores com vista à resolução do problema das indemnizações.